ATA

ATA DA VIGÉSIMA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DO SETUAGÉSIMO OITAVO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA.

Às nove horas do dia trinta de abril de dois mil e treze, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello"**, sito a Avenida Ene Garcez, número novecentos e noventa e dois, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a **Vigésima Quinta** Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo de dois mil e treze, da Décima Primeira Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista. Sob a Presidência do Senhor Vereador **LEONARDO RODRIGUES MOREIRA.** Secretariado pelo Senhor Vereador **JÚLIO CÉZAR MEDEIROS LIMA**, o qual fez constar a presença dos seguintes Vereadores: **Abel Salvador Mesquita Júnior, Adelino Dias de Sousa Neto, Alcinira Magalhães Mota Freitas, Alexandre Moreira dos Santos, Aline Maria de Menezes Rezende Chagas, Antônio Adberto Resende Veras, Edvaldo Moura de Sousa, João Maria Mario Cesar Balduino, José Flávio de Matos, Masamy Eda, Mauricélio Fernandes de Melo, Mayara da Silva Ferreira, Mirian dos Reis Melo, Paulo Carpejane Alves Ferreira, Paulo Bastos Linhares, Sandro Denis de Souza Cruz, Sandro Cavalcante França.** Havendo Quórum Regimental o Senhor Presidente convidou para compor a Mesa a Senhora Dra. Marcela Medeiros Queiroz Franco, indicada para o cargo de Procuradora Geral do Município conforme o que determina o Inciso XXXII do Art. 16 da Lei Orgânica Municipal, para ser arguida, sob a proteção de Deus declarou aberta a Vigésima Quinta Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo de dois mil e treze. Em comemoração a passagem do Aniversário do Vereador Mauricélio todos no plenário contaram parabéns a ele. Em ato contínuo colocou para apreciação a **ATA** da 23ª Sessão Ordinária do dia 23/04/2013, suprimida a leitura, em votação simbólica a Ata foi **Aprovada**, por unanimidade dos vereadores presentes. Após a leitura dos Expedientes passou-se para **ORDEM DO DIA: EM ÚNICA APRECIAÇÃO E**

VOTAÇÃO: Projeto de Lei Nº 010, de 22 de abril de 2013, de autoria do Poder Executivo, que desafeta e autoriza a doação ao Estado de Roraima dos Lotes de Terras N.° 0020, 0040, 0060, 0080 e 0100 da quadra N. ° 08, do Bairro Aeroporto, nesta cidade e da outras providências. **Vereador Mario Cesar** – sugeriu que a votação desse projeto fosse nominal. **O Presidente** – informou que será seguido o Regimento Interno, onde diz que a votação deve ser simbólica. O Senhor Presidente solicitou ao Secretário que fizesse a leitura dos Pareceres das Comissões Permanentes. O Primeiro Secretário fez a leitura do Projeto e dos Pareceres da Comissão Permanente: de Legislação, Justiça e Redação Final; Economia, Finanças e Orçamento e Obras, Urbanização, Transportes, Habitação e Serviços Públicos. O **Presidente** coloca em discussão o **Projeto de Lei Nº 010**. **Vereador Mauricélio** – pediu o apoio de todos os Vereadores, tendo em vista se tratar de um projeto muito importante, neste Projeto a Prefeita está desafetando e autorizando a doação ao Estado de Roraima os referidos lotes de terra, é de conhecimento de todos que o Hemocentro, a SESAU e o HGR precisa dessa área pra dar melhores condições a população em relação a saúde. O Governo do Estado está querendo ampliar e melhorar a qualidade do serviço prestado. Acredita que a aprovação deste projeto é dever desta Casa como representantes do povo. **Vereador Júlio Cezar** – lembrou a todos que essa é uma iniciativa do Executivo, mas com o apoio de todos os vereadores desta Casa, falou sobre o esforço que o Governo do Estado tem feito, buscando recursos fora do Estado, e como está no projeto o Estado terá dois anos para ou construir o que foi proposto ou devolver os lotes de terra ao Município. Informou que o Estado de Roraima está ansioso para dar início a essa ampliação e que inclusive é de seu conhecimento que o projeto já foi entregue a Secretaria de Obras do Estado e quanto antes essa doação for feita, mais cedo se dará início ao processo licitatório e a construção, onde a capacidade do HGR será mais que duplicada. **Presidente** – informou que nesse espaço serão construídos mais 192 leitos onde será alocado um investimento superior a 30 milhões, tornando possível um melhor atendimento. **Vereador Abel Galinha** – parabenizou ao Governador e a Prefeita pela iniciativa e interação em prol da sociedade. **Vereador Mário Cesar** – enalteceu o gesto da Prefeita e toda sua equipe em ceder toda essa área para que o

Governador possa continuar ampliando o atendimento da saúde pública, essa doação mostra que a Prefeita tem uma visão administrativa extraordinária, não é a toa que ela está sendo Prefeita da Capital de Roraima pela quarta vez e recentemente esteve entre as cem pessoas mais influentes do mundo, ela sempre esteve preocupada com o bem estar da população, e desde sua candidatura ela pediu um prazo de pelo menos um ano para colocar a Prefeitura em ordem. Conta neste momento com o apoio de todos os vereadores para aprovação deste projeto, porque essa parceria entre Governo e Prefeitura está trazendo muitos benefícios ao povo. **Presidente** – resaltou que esta Casa sempre aprovará projetos que venham a beneficiar a população, porque esse é o trabalho e o dever de todos os vereadores. **Vereador Paulo Linhares** – esse é um anseio antigo do Governo e da Prefeitura em ampliar a rede de atendimento a saúde, hoje com o crescimento da população é natural que a cidade cresça e o hospital não dá mais conta, o HGR um dia foi suficiente para atender a demanda hoje não é mais, já se tornou pequeno, até porque é um hospital que atende todo o Estado e ainda em alguns casos países vizinho tanto a Guiana quanto a Venezuela. Mas o que é melhor nesse projeto é a condicionante, onde o Estado tem dois anos para realizar a obra, caso aconteça algo e o projeto não se realize o terreno volta para a Prefeitura. Com certeza esse projeto será aprovado em votação rápida e simbólica. **Vereador Sandro Baré** – cumprimentou a todos, declarou que irá votar favorável ao projeto, porque entende que essa doação não está sendo feita para o Governo do Estado e sim para a população de Roraima, porque vários mandatos irão passar mas os benefícios ficarão para todos, para filhos e netos. Encerrada a fase de discussão, colocou em votação simbólica o Projeto de Lei N. º 010/2013. Em votação simbólica **o Projeto de Lei N.º 010**, foi **APROVADO** por unanimidade dos Vereadores presentes. **EM SEGUNDA APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO**: **o Projeto N.º 006**, de 22 de março de 2013, de autoria do Vereador Manoel Neves, que Institui a Semana do Combate a Violência contra a Mulher no âmbito do município de Boa Vista e dá outras providências. **Vereador Paulo Linhares** – informou que como esse projeto já foi amplamente discutido e votado em primeiro turno, e foi aprovado por unanimidade pediu a dispensa da leitura do Projeto. A solicitação do Vereador Paulo Linhares foi

acatada por todos e dando continuidade o Primeiro Secretário realizou a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Legislação, Justiça e Redação Final. O **Presidente** colocou em discussão o **Projeto de Lei Nº 006**. Encerrada a fase de discussão, colocou em votação simbólica. Em votação simbólica **o Projeto de Lei N.º 006**, foi **APROVADO** por unanimidade dos Vereadores presentes. **Requerimento N. º 015** de 29 de abril de 2013, de autoria do Vereador Sandro Baré, que dispõe sobre: requerer Audiência Pública para tratar sobre políticas públicas em âmbito municipal e estadual dos serviços de fisioterapia, psicólogos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, enfermeiros e assistentes sociais. Em discussão: **Vereador Sandro Baré** – pediu para utilizar a tribuna e disse que se sente na obrigação como legislador municipal e representante do povo de cuidar por todos. Hoje Boa Vista está ficando uma cidade sequelada, devido a tantos acidentes de trânsito. Explicou que esta audiência pública que está solicitando tem o intuito de beneficiar as pessoas vítimas de acidentes de trânsito, acidentes de trabalho e pessoas que possuem diversas enfermidades e que por esse motivo não conseguem se locomover a hospitais ou clínicas para darem continuidade a seus tratamentos em diversos segmentos. As pessoas que passam por esse tipo de problema em geral são pessoas carentes que não tem a menor condição de dar continuidade ao tratamento após sair da internação. Existe uma lei que ampara que todas as pessoas concedendo-lhe o direito a receber o devido tratamento em suas residências. Boa Vista tem uma Lei Municipal N. º 918 de autoria do Vereador Zé Reinaldo, que autoriza a Prefeitura de Boa Vista a contratar alguns especialistas como fisioterapia, psicólogos, nutricionistas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, enfermeiros e assistentes sociais no PSF – Programa de Saúde da Família, e hoje o PSF só é composto por médicos, enfermeiros, técnico de enfermagem e agentes comunitários. Mês passado o Ministério da Saúde divulgou que destina três milhões e duzentos mil reais, para equipar as equipes do Município de Boa Vista, para que seja implantado o NASF que é outro programa que auxilia o PSF. **Vereador Abel Galinha** – informou que a Prefeitura tem alguns convênios com Clínicas particulares, relatou que inclusive foi procurado por alguns proprietários de clínicas que o informaram que alguns convênios foram cancelados, com a alegação

de que a Prefeitura está passando por ajustes para depois poder recontratar essas clínicas. **Vereador Sandro Baré** – informou que por mais que tenha convênios o que tem que funcionar é a Saúde da Família que esses profissionais possam atender nas casas das pessoas necessitadas, porque muitas vezes

essas pessoas não têm condições de se locomover por não possuírem veículo próprio para devida locomoção. Justificou que essas políticas públicas são justamente para isso. Registrou a presença dos profissionais de saúde no plenário, informou que esses profissionais estão ansiosos para serem incluídos no programa PSF tendo com isso a oportunidade de trabalharem em sua área de formação devido ao aumento da oportunidade de emprego no Município de Boa Vista. **Vereador Mário Cesar** – parabenizou o Vereador Sandro Baré pela iniciativa, a classe dos profissionais de saúde realmente são vitoriosos por trabalharem com as verdadeiras vítimas dos acidentes em geral. Disse ter tido a oportunidade de visitar em muitas casas pessoas acidentadas que voltaram a ser crianças, disse que conhece alguns profissionais na área de fisioterapia que desenvolvem um trabalho voluntário nas casas de algumas vítimas, esses profissionais trabalham por amor para melhorar a condição de vida dessas pessoas. Informou um dado alarmante que recebeu ontem do delegado de Acidente de Transito Dr. Paulo André, a maioria dos acidentes de trânsito são causados por excesso de imprudência, nos três primeiros meses deste ano o IML já registrou quarenta e quatro mortes, uma a mais que no mesmo período do ano passado. Ofereceu seu apoio para realização da audiência pública. **Vereador Sandro Baré** – a imprensa divulgou hoje que quatro mil duzentas e doze pessoas ficaram sequeladas por acidente de transito só no ano de dois mil e doze. **Vereadora Mayara** – cumprimentou a todos, parabenizou o Vereador Sandro Baré e informou que no dia da Audiência Pública irá propor um projeto que poderá contribuir de alguma forma. Disse que entende a dificuldade da Prefeitura em realizar novas contratações devido a atual situação financeira. É conhecedora da necessidade dos profissionais de saúde em exercerem suas funções e que isso também pode ser feito através de convênio, citou que hoje a Faculdade Cathedral não está tendo mais espaço físico para realizar tais atendimentos, mas que esse treinamento pode ser feito nas casas das pessoas. Informou que realiza por conta

própria o transporte de pessoas com deficiência que infelizmente não tem condições de chegar onde necessita, ajudando na locomoção para realização de exames, hemodiálises, fisioterapia. Tem casos onde o paciente não pode mexer, por ter a coluna altamente lesada, e mesmo o carro não sendo adequando é a única opção. Entende que realmente existe essa necessidade e é de suma importância que se faça valer o que esta lei já prevê, e até se possível melhorar, mas também entender a atual situação da Prefeitura, mas o que não se pode é deixar parado, porque tem muitas pessoas deficientes e muitos profissionais precisando trabalhar. E se colocou a disposição para contribuir com a audiência pública, porque não adianta só cobrar há a necessidade de apresentar soluções ou pelo menos ideias de soluções. **Vereador Abel Galinha** – explicou que não é contrário ao Vereador Sandro Baré, reconhece que tem muitas pessoas que poderiam realizar esses acompanhamentos com especialistas em suas casas mas que também tem pessoas que precisam realmente serem removidas para locais adequados como clínicas ou hospitais com mais estrutura. **Vereador Sandro Baré** – finalizando explicou que é de conhecimento de todos o momento difícil que a Prefeitura está passando mas que mais difícil ainda é a vida dessas pessoas que precisam de reabilitação em suas casas para poderem retomar suas vidas. Fez a seguinte comparação: se a Prefeitura tem cinquenta e seis milhões de reais em caráter de emergência para deixar as ruas e canteiros da cidade mais bonita, qual a dificuldade de disponibilizar algum recurso para incluir esses profissionais ao PSF e no NASF. **Vereador Júlio Cezar** – lembrou que o que entrará em votação é apenas o Requerimento solicitando uma Audiência Pública, o que irá acontecer depois da audiência pública será outro questionamento. Lembrou a todos que o que cabe aos Vereadores fiscalizar é a atenção básica, já os de média e alta complexidade já dizem respeito ao Governo do Estado. A audiência pública irá contribuir, mas sugeriu que sejam convidados Secretários Estaduais e Deputados. **Vereador Sandro Baré** – informou ainda que esses profissionais não trabalham apenas realizando tratamentos, mas também trabalham com prevenção. **Vereador Guarda Alexandre** – parabenizou os Vereadores Sandro Baré e Mário Cesar porque a indicação feita pelos dois abordam duas questões importantes em Boa Vista. Andando pela cidade não dá pra entender

como acontecem tantos acidentes de trânsito sendo que a cidade tem ruas largas, e com essas indicações foi possível mostrar a ampla visão voltada pra real necessidade da sociedade. Todos os Vereadores tiveram a oportunidade de visitar muitas casas durante a política e foi possível observar a real necessidade da população. Ofereceu seu apoio para a aprovação do requerimento. **Vereador Paulo Linhares** – lembrou que a dois anos atrás foi desta Casa que saiu a inclusão do farmacêutico no PSF, e por que não incluir a classe dos fisioterapeutas. Tudo que for possível fazer em relação a saúde pública ainda será pouco, porque não tem prioridade maior do que tratar da saúde do cidadão, devolver a ele a qualidade de vida, devolver a condição dele voltar a trabalhar, nada melhor do que realizar essa audiência pública para discutir, ver orçamento, trazer a discussão para esta Casa, mostrar a população que estamos preocupados, e lógico que as classes dos profissionais agradecerão, mas mais agradecidos irão ficar as pessoas que serão beneficiadas com os atendimentos. O PSF é um programa onde os profissionais vão até a casa do cidadão e com seu conhecimento, suas técnicas e aparatos ajudam esse cidadão a se reabilitar, quando se fala de atenção básica é levar a saúde onde ninguém consegue levar, hoje só quem tem realizado esse serviço é o Exército brasileiro e o Governo e a Prefeitura também tem que fazer o mesmo. E disse que esse requerimento tem seu apoio. **Vereador Masamy Eda** – solicitou que fosse convidado o Representante do SAMU. **Vereador Sandro Baré** – finalizando disse que por falta do município dar oportunidades aos profissionais, por falta de ampliação de oportunidades, estamos perdendo excelentes profissionais para outros estados como no caso de seu irmão Sergio que é formado em fisioterapia e tem mestrado na área, hoje trabalha em Manaus prestando serviços tanto para o Município quanto para o Estado e se Roraima continuar assim vários outros profissionais irão embora. Encerrada a fase de discussão, colocou em votação simbólica. Em votação simbólica **o Requerimento N.º 015**, foi **APROVADO** por unanimidade dos Vereadores presentes e pediu providências ao Apoio Legislativo inclusive em relação a audiência pública referente ao trânsito, para ver se em um bom entendimento há a possibilidade de estarmos realizando as duas audiências públicas juntamente no mesmo dia 16 de maio de 2013. **Vereador Mario Cesar** –

informou que já foi convidado o Médico regulador do SAMU e ele se fará presente. Em ato contínuo abriu espaço para arguição da Senhora Dra. Marcela Medeiros Queiroz Franco, indicada para o cargo de Procuradora Geral do Município, conforme o que determina o Inciso XXXII do Art. 16 da Lei Orgânica Municipal. **Vereador Sandro Fofoquinha** – informou que em sessão anterior foi aprovado a alteração do significado da palavra arguição, ato de reprovar ou aprovar. Sendo assim solicitou que fosse determinada uma data para que seja feita a arguição. **Presidente** – informou que posteriormente informará da data para a realização da arguição, passou a palavra para a Procuradora. Senhora **Marcela Medeiros Franco** – cumprimentou a todos os presentes, realizou uma apresentação pessoal; mineira de Vitória, formada em Direito pela Universidade do Triângulo – Unitri, chegou em Roraima em 2005, em 1997 iniciou sua carreira bancária na Caixa Econômica Federal, foi Assessora Jurídica da FETEC em 2006, foi Procuradora Jurídica e Procuradora Jurídica Chefe até dezembro de 2010 ainda na FETEC participou ativamente na realização dos seguintes projetos: Boa Vista Junina; Carnaval; Criação dos projetos "Bolsa Atleta"e "Programa Atletas do Futuro" e Praça dos Artistas. De abril de 2007 à dezembro de 2012 atuou como advogada do SEBRAE/RR nas seguintes funções: Advocacia contenciosa; Trabalhista preventivo; Análise e emissão de pareceres em processos de dispensa, inexigibilidade e licitação; Acompanhamento de Convênios; Ministrei palestras para o público interno sobre licitações, formulação de Projeto Básico e Termo de Referência; Ministrei curso de cadastramento de propostas junto ao SICONV e manuseio do sistema para servidores das 15 (quinze) prefeituras de Roraima; Participei como palestrante no Ciclo de Palestras à empresários locais abordando os temas "Direito do Consumidor", "Direito Empresarial e Organização Societária" e "Direito Trabalhista". Foi Professora universitária na então Faculdade Estácio Atual, onde também no evento "Atual Empreendedor" ministrei palestras sobre "Compras Governamentais e MPE's"; Realizou junto ao programa "Doce Maria", da Prefeitura Municipal de Boa Vista, aproximadamente 10 (dez) palestras sobre os Direitos dos Empregados Domésticos; exerceu a Advocacia Privada e tenho atuação em tribunais superiores desde o ano de 2008. Mostrou em slides fotos das salas da Procuradoria Municipal,

no estado em que encontrou: instalações elétricas precária com fios descascados, tomadas presas por fita gomada, vários computadores muito antigos pelo chão, mobiliário quebrado, pilhas de processo pelo chão. Descreveu a estrutura atual de trabalho: composta por um corpo técnico de nove Procuradores; sete procuradorias municipais – geral, ambiental, licitação e contratos, administrativo e legislativo, judicial, patrimônio e fundiário e fiscal. Oito assessores jurídicos, um assessor especial e dezoito pessoas no administrativo. Em uma visão geral, informou que a estrutura da Procuradoria é precária, especialmente no que concerne a **recursos de internet e rede lógica.** Existe um grande número de procedimentos que eram encaminhados à PGM, o que ocasiona a demora nos processos administrativos. Existe um universo de ações judiciais sem sistema de controle. Demostrou os dados levantados pela Equipe de Transição – existem em Execuções Fiscais trinta milhões ajuizados (cerca de quatro mil processos); existem outros quatro mil processos ainda não detalhados; um total de dois milhões novecentos e dezoito mil, cinquenta e um reais e oitenta centavos de precatórios não pagos. Projetos para serem implementados e realizados de 2013 a 2016: atender as demandas Judiciais e Administrativas do Município de Boa Vista, mantendo a qualidade do funcionamento das atividades e dos serviços aproximando cada vez mais a Procuradoria dos seus clientes. Estruturar a PGM com recursos suficientes de informática; Informatizar os feitos administrativos; Dar transparência ao trabalho criando normas procedimentais – inclusive instituindo prazo para manifestação nos processos administrativos; Atuar junto às Secretarias fins para normatizar os procedimentos de licenças, alvarás e fiscalização; Definir controles para os processos judiciais em trâmite, para os que o Município figura como réu e como autor; Eficientizar a cobrança da Divida Ativa; Uniformizar os entendimentos sobre os feitos que tramitam na PGM. Informou as principais ações já desenvolvidas: Ação que busca rediscutir o FPM; Acordo Judicial com o MPE e MPC sobre os concursos que estavam em andamento; Normatização da atuação da fiscalização da Secretaria de Meio Ambiente; Contratação de Link de intranet junto ao Tribunal de Justiça. Agradeceu a oportunidade de poder estar hoje fazendo essa explanação. **Vereador Júlio Cezar** – parabenizou a Procuradora Marcela por sua apresentação e disse que a duas semana atrás foi realizada nesta

Casa uma audiência pública, nesta foi discutida a questão dos alvarás e das licenças ambientais. Informou que em visitas feitas em Secretarias e órgãos municipais competentes percebeu uma falta de regulamentação da própria Prefeitura, pelo que parece a Prefeitura sofre por falta de normas impedindo que possam emitir pareceres, alvarás e licenças ambientais. Perguntou a Procuradora o que a Prefeitura está fazendo a esse respeito, para que possamos solucionar o problema desses comerciantes? **Senhora Marcela** – concordou que no momento para a emissão de alvarás, licenças ambientais e fiscalização o município realmente tem ausência de regulamentação. O Município de Boa Vista não tem leis específicas que tratam de regulamentação de situações já existentes, então quando empresários se instalaram e conseguiram alvarás provisórios, quando esses vão buscar sua regularização ele vão como se fossem iniciar a empresa, mas na verdade é uma situação que já existe, a legislação municipal foi estudada neste âmbito e foi quando o Secretário Marcio esteve aqui com vocês na audiência pública e posicionou a todos sobre os procedimentos que está sendo adotado, a Procuradoria está envolvida em todo esse processo, os alvarás que foram solucionados tiveram o parecer da Procuradoria; já sobre a questão das licenças ambientais já cumprindo o compromisso de levar a Procuradoria para junto dos órgãos, a Procuradoria Ambiental foi para dentro da Secretaria de Meio Ambiente, afim de buscar solucionar os problemas, ainda estamos na fase de documentação necessária, para que possamos publicar através de um decreto municipal todos os documentos necessários e os trâmites para a expedição de licenças ambientais. **Vereador Paulo Linhares** – parabenizou a Procuradora pelo cargo que ocupa, lembrou que foi seu aluno na Faculdade Atual, e disse que é importante dar legalidade a todas as ações da Prefeitura com transparência, pelos números apresentados são trinta milhões em Execuções Fiscais e aproximadamente três milhões em precatórios, ou seja, isso geraria uma receita para a Prefeitura de vinte e sete milhões de reais, é óbvio que esses milhões não vem de uma vez e também não é necessário pagar os três milhões de uma só vez. Deixou a sugestão de se investir em pessoal na Procuradoria, em contratação de assessores e até pessoal administrativo é investimento, porque quanto mais assessores jurídicos mais dará

celeridade as execuções fiscais, disse que desconhece se há alguma projeção para realização de concurso mas se não tiver podem ser contratados como cargo comissionados. Porque na situação que está é humanamente impossível nove procuradores dar conta de oito mil processos. O que mais aflige Boa Vista é a questão do FPM, sabe-se da redução injusta que Boa Vista passa, lembrou que durante alguns anos Boa Vista vivia sob liminar, e quando a liminar cai o município tem que devolver dinheiro, o FPM vem a menos é uma situação terrível. Disse que teve conhecimento que esse ano Boa Vista conseguiu outra liminar, como está essa liminar? Está vigorando ou já caiu? Boa Vista está recebendo o recurso do FPM? Ou já foi executada e teremos que devolver dinheiro? Como está a situação do FPM? **Senhora Marcela** – sobre a sugestão de contratação de pessoal, imediatamente será lançado um edital para contratação de estagiários, a pretensão é a realização de convênios com as Universidades, para que o estágio seja regulamentado, isso já irá dar uma grande ajuda na tramitação dos processos. E a atuação mediata é a contratação de mais pessoas com salários melhores mas a situação financeira do município não nos permite nesse momento. Com relação ao FPM, o município ingressou com a ação e liminarmente a Justiça Federal de Roraima concedeu o pleito de aumento de coeficiente, a União demorou pra começar a fazer o depósito, mas já iniciou os depósitos, a Procuradoria da Fazenda Nacional de Boa Vista recorreu ao Tribunal Regional Federal da primeira região em Brasília e o Juiz convocado suspendeu a liminar que havíamos conseguido, então retornou ao valor aquém do que era esperado, com relação em estar ou não recebendo, o FPM é trabalhando com projeção então no início do ano é passada uma expectativa do que esperado para ser recebido mensalmente, a execução da decisão de suspenção da liminar não aconteceu de imediato, foram feitos alguns repasses com valores mais altos, e ainda não sofremos nenhuma consequência de devolução. Logo o mérito ainda será julgado pelo Tribunal Regional Federal. **Vereador Paulo Linhares** – informou que o FPM é composto por vários tipos de receita, e para aumentar para Boa Vista é necessário que diminua de algum outro município, mas que tirem de municípios que tem altas arrecadações como São Paulo, Rio de Janeiro ou Belo Horizonte, porque são município que não sobrevivem só do FPM por já terem

arrecadação própria. Disse a Procuradora que a Câmara Municipal é parceira do poder público e parceira dos cidadãos de Boa Vista. **Vereador Sandro Baré** – relatou que já conhece a Dra. Marcela de algum tempo, quando ela trabalhou na FETEC, no trabalho que desenvolveu dentro da FETEC ela sempre demostrou muita transparência, habilidade e flexível naquilo que faz; demostrou o apreço que tem pela Dra. Marcela e por seu esposo Dr. Emerson Delgado. Desejou boa sorte e disse que a Procuradora pode contar com esta Casa. **Vereador Edilberto Veras** – cumprimentou a todos e falou sobre a importância de apostar nas novas gerações. Referiu-se a colocação que a Dra. fez dizendo que os clientes da Procuradoria são os servidores públicos, os contribuintes, as secretarias, então disse que irá falar em nome dos contribuintes, principalmente em nome dos micro e pequenos empresários, essa classe que tem gerado muito emprego em nosso município, e que está tendo o reconhecimento pela Presidência da República, que criou agora o Ministério da Micro e Pequena Empresa que deverá se tornar em um futuro próximo um dos maiores ministérios que teremos. Sobre a colocação que a Dra. fez da intenção de trabalhar junto com as Secretarias afins com o objetivo de normatizar os procedimentos de licenças ambientais, alvarás e fiscalização; informou que ontem mesmo esteve em algumas Secretarias e percebeu que ainda existe uma burocracia muito grande, todo o segmento está sofrendo as consequências e com isso o município perde porque deixa de arrecadar e a população perde oportunidades de emprego e geração de renda. Citou o exemplo do Bairro Jardim Floresta, disse que fui informado que a maior burocracia enfrentada pelos empresários quando buscam linhas de crédito junta a bancos é que está sendo pedido que eles deem como garantia seu empreendimento, mediante essas informações relatou que esteve em alguns bancos e constatou que o maior empasse que tem hoje para liberação de financiamentos, é essa burocracia da não liberação da documentação dos terrenos, só para se ter uma ideia, a maioria das quadras do bairro Jardim Floresta são de propriedade do banco do Brasil, se essa burocracia permanecer muitos comércios serão fechados, porque o banco do Brasil disse que não abrirá mão do direito de propriedade que ele tem sobre essas terras. O Gerente do Banco informou que candidatos anteriores incentivaram a invasão dessas terras e com isso muitas

pessoas hoje estão sofrendo as consequências. Também na Secretaria do Meio Ambiente está acontecendo uma truculência enorme, durante a fiscalização os fiscais já está dando a multa e isso é inconstitucional, disse presenciou o caso de uma oficina que foi multada pela Secretaria do Meio Ambiente por não ter um local adequado para recolher o óleo, sendo que o óleo estava sim sendo recolhido. Disse ainda que a Prefeitura tem uma lixeira que também polui o rio, então porque a Prefeitura não dá o exemplo e resolve primeiros os problemas que ela vem causando? Questionou também sobre os trinta milhões das execuções fiscais, de onde são oriundas? E o que está sendo feito junto as Secretarias para diminuir essa burocracia, para que os empreendimentos não sejam fechados? Falou ainda que em um futuro bem próximo mais de 70% dos comércios fecharão por falta de alvará, e o Secretário de Finanças não está se preocupando com a real situação. Informou a Dra. Marcela que a Câmara encaminhou mais de 50 indicações e pouquíssimas foram respondidas. **Senhora Marcela** – falou que o primeiro problema que deve ser resolvido é a regularização fundiária, porque com ele soluciona-se o problema com a emissão de alvarás e a regularização da empresa. A Procuradoria está trabalhando para fazer essa regularização, já foi possível conseguir um pequeno avanço, o Conselho Imobiliário Municipal fará sua primeira reunião hoje, e um dos assuntos da pauta é a respeito desta regularização, e esse é um compromisso da Prefeita e a Procuradoria está fazendo de tudo para agilizar e desburocratizar mas sem perder a legalidade. A respeito da fiscalização ambiental, foi feita a resposta regulamentando a atuação da fiscalização, foi publicada no Diário Oficial do Município, inclusive a Federação das Indústrias estiveram na Procuradoria, pegaram o material para difundir junto a classe dos industriais, acredita que esse é um assunto que foi resolvido. Já sobre os excessos que forem cometidos serão apurados e sofrerão penalizações, e se por ventura foram aplicadas multas, essas poderão ser anuladas. Pediu para que o Vereador Edilberto passe a ela as irregularidades apontadas por ele para que ela possa averiguar e tomar providências, porque às vezes pode ser uma coisa simples de resolver. **Vereador Júlio Cezar** – explicou a Dra. Marcela que a preocupação do Vereador Edilberto é em conseguir um prazo para que os empresários possam ter tempo de se regularizarem e assim não precisarem fechar

seus comércios, porque o fechamento desses empreendimentos irá gerar um aumento enorme de pessoas desempregadas. **Vereador Júlio Cezar** – registrou a presença do Grupo de manifestantes que estão apoiando a PEC 111/2011 – disse ao Grupo que esta Casa de maneira unânime apoia, busca e luta pela aprovação desta PEC. **Vereador Abel Galinha** – parabenizou e desejou que ela faça uma boa gestão como Procuradora. Disse que também faz parte do empresariado roraimense, e como o Vereador Edilberto colocou, algumas dessas ações de fiscalização estão ocorrendo sem o devido preparo. Deixou a sugestão para a Prefeitura preparar ações; irem até os novos empresários, que não tem conhecimento técnico, desconhece a legislação por serem bastante complexas e mudarem muito, e por esse motivo não conseguem se legalizar, e acabam fechando seus empreendimentos deixando muitas pessoas desempregadas. A fiscalização tem sido muito radical, alguns fiscais não conversam e não explicam como deveriam; que ele mesmo já presenciou uma fiscalização assim e já levou o caso para a Procuradora que tentou resolver a situação da melhor forma. Desejou sucesso a Dra. Marcela. **Vereador Guarda Alexandre** – cumprimentou a todos, parabenizou a Prefeita por ter escolhido a Doutora Marcela para assumir a Procuradoria, disse que pode perceber que a Doutora é uma pessoa bastante simples, colocou a disposição seu apoio. **Vereador Mauricélio** – parabenizou a Procuradora e desejou sucesso em sua gestão, disse que não tem dúvida de sua competência e de que ela está trabalhando em prol do Município para equacionar problemas que venham a surgir. É muito importante a Procuradoria trabalhar em parceria com a Câmara Municipal uma vez que todos os projetos passam por esta Casa e pela Procuradoria. **Vereador Sandro Fofoquinha** – disse que muito foi dito hoje sobre legalidade, falou sobre as licitações emergenciais – de limpeza, coleta de lixo, de medicamentos chega a preocupar porque vai de contra o ato da moralidade e da economicidade na Lei N.º 866, é para que siga todos os passos legais, toda tramitação do processo, cotações e questionamento de preços, e quando se trata de problemas emergenciais isso muito o preocupa. Perguntou a Procuradora se tem algum parecer da Doutora nessas licitações emergenciais milionárias? Porque esse é um dinheiro público, informou que obteve algumas informações a respeito dos valores das tais

licitações por meio de jornais e possa ser que não seja verdade, mas disse que gostaria que a Doutora confirmasse. Falou que sob seu ponto de vista, realizar licitações emergenciais para compra de medicamentos é aceitável, mas para os demais casos, já vai de encontro com o ato da economicidade e da moralidade, precisaria estar sendo seguido a risca. Parabenizou a iniciativa do projeto de contratar estagiários, porque existem muitos jovens saindo das faculdades, pessoas ainda sem espaço no mercado de trabalho e essa é uma excelente oportunidade profissional. **Senhora Marcela** – informou que todos os processos emergenciais tem parecer jurídico da Procuradoria, não só dela como também de outros procuradores, informou que infelizmente existe muita informação destorcida, e informou que todos esses processos embora sejam emergenciais eles cumprem estritamente a legalidade, a economicidade e todos eles visam resguardar a saúde pública porque a questão da limpeza pública é uma questão de saúde pública e também o bem estar da população. A situação do lixo estava muito complicada, a Prefeitura já retirou 50 mil toneladas de lixo, imaginam se esse lixo não tivesse sido retirado antes das chuvas, com todo esse lixo espalhado com a chuva poderia surgir outro surto de dengue. Disse que se compromete que todas as licitações estão estritamente dentro da legalidade. **Vereadora Mayara** – parabenizou a Prefeitura pela escolha, disse que já conhece a Doutora à algum tempo. Pediu atenção que seja ofertado o prazo para legalidade dos ambulantes, que precisamos ter tudo dentro da legalidade, mas que há a necessidade de se ter bom senso, a legalização tem um custo e muitas vezes essas pessoas não dispõem de imediato do recurso, deve-se ter em mente também que essas pessoas vivem desta renda; pediu também atenção quando for ser realizada a licitação dos box que atualmente estão cedidos para comercialização de alimentos, sem a intenção de prevaricar nem favorecer, mas que sejam estabelecidos critérios que possa dar prioridade as pessoas que já estão trabalhando lá a muitos anos e que muito provavelmente se forem retiradas de lá voltarão a ser ambulantes, uma vez que esses eram anteriormente ambulantes e ganharam um espaço, garantindo assim uma estabilidade e hoje estão ameaçados a terem que retornar a condição anterior, fora que muitos deles já fizeram investimentos no local. **Senhora Marcela** – disse que a

Prefeita Tereza está sensível a estas situações que foram apresentadas pela Vereadora Mayara e está buscando a melhor solução para os dois casos. Não havendo mais vereadores inscritos, o Senhor **Presidente** deu por encerado a arguição dizendo que acredita que todos os Vereadores tenham ficado satisfeitos com a escolha da Prefeita Tereza e passou a palavra para Procuradora. **Senhora Marcela** – agradeceu a todos pela atenção e as considerações, informou que todos os questionamentos e sugestões levantados aqui serão levados por ela ao conhecimento da Prefeita e colocou a Procuradoria a disposição desta Casa. O Senhor Presidente anunciou o Intervalo Regimental de quinze minutos. **Vereador Paulo Linhares** em Requerimento verbal solicitou a supressão do Intervalo Regimental, concedido a supressão pelo Presidente em consonância com os demais vereadores. Em ato contínuo passou-se para **GRANDE EXPEDIENTE**; não havendo vereadores inscritos passou se para **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**; não havendo vereadores inscritos, o Senhor presidente agradeceu a presença de todos e não havendo mais nada a tratar encerrou a presente Sessão. Plenário **"Estácio Pereira de Mello"**, Boa Vista/RR, trinta de abril de dois mil e treze. XXXXXXXXXXXXXXXX

Leonardo Rodrigues Moreira
Presidente

Julio Cezar Medeiros
1ª Secretário